



16414 - Aspectos Gerais De Um Projeto De Educação Ambiental Com Assentados Da Reforma Agrária

I

General aspects of a project of Environmental Education with agrarian reform settlers

COSTA, Joanne Régis¹; SOARES, José Edison Carvalho²; SILVA, Adriana Moraes³

¹Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, joanne.regis@embrapa.br;

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM, zona leste), Manaus, AM, soares-edison@hotmail.com.

³Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Manaus, AM, adriana.msilva@bol.com.br.

Resumo: Neste trabalho, são apresentados aspectos gerais do projeto 'Manejo da paisagem agrícola em comunidades rurais de Manaus-AM' desenvolvido pela Embrapa e IFAM com assentados da reforma agrária, incluindo a metodologia usada no processo de seleção, assim como a metodologia do projeto e as demais características que contribuíram para a seleção do mesmo como uma das 25 melhores experiências em Educação Ambiental (EA) no Brasil, em 2012.

Palavras-chave: Organização comunitária, sustentabilidade, desenvolvimento.

Abstract: In this paper, general aspects of the project 'Management of the agricultural landscape in rural communities in Manaus-AM' developed by Embrapa and IFAM with agrarian reform settlers, in Manaus (AM) are presented, including the methodology used in the selection process, as well as the methodology of the project and other characteristics that contributed to the same selection as one of the 25 best experiences in environmental education (EE) in Brazil in 2012.

Keywords: Community organization, sustainability, development.

Introdução

A agricultura familiar tem como potencialidade o fato de ser um componente essencial para o abastecimento interno e a segurança alimentar brasileira e para a ocupação e oferta de trabalho no meio rural, atenuando o êxodo para as cidades. Para que esta potencialidade se transforme de fato em ações que visam à sustentabilidade deve-se buscar e implementar práticas educativas e projetos socioambientais que estimulem não apenas a troca de técnicas de produção, mas a transformação do conjunto de relações sociais e produtivas existentes no campo e na floresta (MMA, 2012).

A Educação Ambiental (EA) deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado, tanto na gestão do uso



dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, Educação Ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (QUINTAS, 2007).

Em 2012, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Chamada Pública para Seleção de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar (MMA, 2012), se incumbiu da missão de reunir informações de experiências brasileiras na temática. A chamada teve por objetivo promover a Educação Ambiental realizada na Agricultura Familiar por meio do conhecimento e da disseminação de experiências nos processos de formação desse público, para o estabelecimento de relações mais harmônicas e justas entre homens, mulheres e a natureza, de forma a permear todas as suas intervenções ambientais.

O projeto desenvolvido pela Embrapa Amazônia Ocidental no Assentamento Tarumã-Mirim, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM, zona leste), foi selecionado e reconhecido como referência no bioma 'Amazônia'. Neste resumo, apresentamos aspectos gerais que contribuíram para a seleção do referido projeto como uma das 25 experiências em Educação Ambiental (EA) na agricultura familiar brasileira e as atividades realizadas posteriormente.

Metodologia

O Grupo de Trabalho do PEAAF (Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar) do Ministério do Meio Ambiente indicou uma Comissão de Seleção Inter setorial, composta por especialistas e analistas ambientais da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, formando uma equipe multidisciplinar. Para a etapa de classificação analisou-se a qualidade dos projetos, pontuando com zero, meio ou um ponto os seguintes critérios: demonstração de resultados (quantitativo ou qualitativo); participação ativa dos sujeitos dentro do processo; participação dos sujeitos nas diferentes etapas do processo e em diversos momentos da aprendizagem; presença de soluções criativas para os problemas identificados; metodologia de fácil assimilação e aplicação; acesso aos recursos para a implementação do projeto, com disponibilidade local/regional; adaptabilidade a diferentes realidades; abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; vinculação do conteúdo à ética, à educação, ao trabalho e às práticas sociais; promoção de um processo educativo crítico, politizante e reflexivo; presença de ações de continuidade do projeto; publicação dos resultados; articulação com políticas públicas e comprovação de materiais e ações produzidas. Esta Comissão identificou se houve participação



do agricultor familiar nas diferentes etapas do projeto, quais sejam, na construção do projeto educativo, na sua execução ou implementação e na continuidade ou desdobramentos do mesmo. Verificou também se houve inovação na busca por soluções para os desafios apresentados e se as condições de replicabilidade da experiência eram facilitadas por metodologias e recursos adaptáveis à realidade dos agricultores familiares de diferentes localidades (MMA, 2012).

Resultados e discussões

O processo seletivo culminou na aprovação para publicação de 25 experiências, sendo que sete entre elas se destacaram como referências dos biomas (MMA, 2012). O projeto 'Manejo da paisagem agrícola em comunidades rurais de Manaus-AM' (projeto Tarumã Vida) foi selecionado e considerado como referência do Bioma Amazônia.

Os aspectos do projeto mencionado aqui que se repetiram em todas as experiências selecionadas foram: a presença de um diagnóstico inicial; a utilização de metodologia participativa; processos de sensibilização e mobilização; envolvimento comunitário; formação de parcerias; reflexão a partir da realidade socioambiental vivenciada; uso de tecnologias acessíveis e presença de soluções adaptáveis.

A pesquisa-ação (THIOLLENT, 2002) foi adotada como metodologia do projeto em questão e por outros projetos selecionados por considerar o equacionamento do problema, o levantamento de soluções e a proposta de ações correspondentes. A escolha pela pesquisa-ação deve-se à sua ênfase na reflexão crítica, aprendizado experiencial e posse democrática dos processos de mudanças.

Todo o processo de Educação Ambiental do projeto foi concretizado através de sessões de aprendizagem prática e participativa, a fim de incentivar a comunidade local a ter controle sobre os seus próprios projetos e implementar ações preventivas e corretivas, resultando no melhoramento das condições de vida.

As oficinas socioeducativas realizadas basearam-se na percepção de que a educação deve ser um processo de construção coletiva do conhecimento e no reconhecimento do seu importante papel como instrumento de mudança. Na medida em que se afirma a prioridade da aprendizagem, decorre daí outra constatação para a compreensão do próprio ensino: "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 2010). Nestas oficinas alguns aspectos foram fortemente enfatizados, como: a importância da participação, valorização do saber local, elevação da autoestima, ampliação dos conhecimentos quanto às questões ambientais e sua interface com a saúde, entre outros.

O projeto apresentou basicamente dois tipos de tecnologias:



1. Tecnologia de processo: estas não exigem insumos, apenas necessitam de conhecimentos para melhorar as práticas de produção agrícola e a gestão da propriedade. Os agricultores foram capacitados em administração rural, produção de mudas, compostagem, biofertilizantes, a fim de que os mesmos não dependessem sempre de insumos externos à propriedade agrícola. Os custos para isso são baixos e uma vez apropriado ou construído junto com os agricultores pode ser utilizado indefinidamente. Para melhor desenvolver a tecnologia de processo, investiu-se na EA por ela aproximar as pessoas da realidade ambiental, permitindo que elas percebam que a dimensão ambiental impregna suas vidas, e que cada um tem um papel e responsabilidade sobre o que ocorre no ambiente (COSTA e SOARES, 2013). Nesta perspectiva, a Educação Ambiental é uma proposta de educação para refletir sobre as formas de relações entre as sociedades e a natureza, entre os diferentes grupos sociais, sobre a ética e o direito à vida em todos os aspectos. A Educação Ambiental se propõe, ainda, a dar condições aos educandos de se posicionarem e agirem em busca de caminhos mais justos e solidários para os desafios do processo de construção, ocupação e transformação do mundo natural, social, cultural e ético (SOUZA, 2003). Entendemos que o educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza (JACOBI, 2003).

2. Tecnologias de produto: estas exigem insumos. O projeto realizou a aquisição de materiais como sementes, mudas e adubo, porém, em pequena escala. Procurou-se reverter os processos de degradação dos recursos produtivos, para aumentar a produção de madeira, de alimentos e de serviços ambientais, assim como a conservação dos remanescentes florestais, conservação das espécies arbóreas e conservação de nascentes e cursos d'água. Foram identificadas áreas mais frágeis e passíveis de degradação, os remanescentes de matas, as áreas em conflito com a legislação ambiental, as áreas com manejos atuais inadequados, para as quais são indicadas a substituição das atividades praticadas ou a adoção de práticas conservacionistas. Nestas ações, procuramos ir de encontro à idéia de uma EA voltada apenas para a preservação ambiental (COSTA e SOARES, 2013).

As ações realizadas permitiram desenvolver posturas mais críticas e contestadoras, com uma maior preocupação em reivindicar direitos, em estar juntos para o trabalho e para construir as mudanças necessárias, as quais foram decididas em conjunto.

A conscientização do ser humano leva a necessidade da educação. A educação que parte da consciência do inacabamento do ser humano é uma educação que tem como principal função formar esse ser humano. "Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade" (FREIRE, 2010).



Conclusões

A seleção de Boas Práticas em EA feita pelo MMA permitiu a divulgação de experiências locais que incentivam agricultores (as) a caminharem por um processo de educação emancipatória.

A EA é um importante instrumento para mudanças que visam à justiça social e ambiental.

Agradecimentos

Agradecemos aos agricultores pelo engajamento ao projeto e pela disponibilidade de participar das entrevistas.

Este projeto contou com suporte financeiro do Macroprograma 6 da Embrapa.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Boas práticas em Educação Ambiental na agricultura familiar: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro**. Brasília: MMA, DEA, 2012. v. 1, 244p. Série EducAtiva.

COSTA, J.R.; SOARES, J. E. C. Projeto Tarumã Vida: tecendo caminhos para a sustentabilidade por meio da Educação Ambiental. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. – volume 3. Brasília: MMA/DEA, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 148p.

QUINTAS, J. S. Educação na gestão ambiental pública. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, DEA, 2007. v. 2. p. 131-142.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-2050, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

SOUZA, R. F. de. **Uma experiência em Educação Ambiental: formação de valores socioambientais**. 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-PUC, Rio de Janeiro.